



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 09/22 DE 28 DE ABRIL DE 2022

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sra. Vereadora, Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Vereador, Fernando Tavares Pereira

Sr. Vereador, Vítor Hugo Rodrigues de Melo

Sra. Vereadora, Dra. Maria do Rosário Martins Garcia Almeida

Pelas quinze horas, no Edifício do Centro Cultural de Tábua, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz deu início à reunião com o período anterior ao do “*Antes da Ordem do Dia*”, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público inscrito para intervir, passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. RICARDO CRUZ:

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz apresentou cumprimentos a todos os elementos do Executivo, aos colaboradores afetos ao secretariado das reuniões da Câmara, bem como a todos os Tabuenses que acompanham os trabalhos da presente reunião na transmissão online.



CÂMARA MUNICIPAL

Na sua intervenção e no que respeita a algumas iniciativas realizadas, começou por destacar o concerto que decorreu, no passado dia 23 de abril, em que do Coro Polifónico Municipal a Tábua assinalou os seus doze anos de atividade, felicitando o Maestro que o coordena, assim como todos os/as coralistas que o integram, pelo trabalho e empenho demonstrados, dignos de realçar.

No que respeita à comemoração do "25 de Abril", realçou a forma digna e honrosa como o Município de Tábua assinalou os 48 anos da Democracia em Portugal, tendo em consideração o programa que foi amplamente divulgado, agradecendo, desde já, a todos aqueles que participaram e se associaram ao evento.

Seguidamente, transmitiu que foi publicado no Diário da República, do dia de ontem, o lançamento da empreitada inerente à renovação do sistema AVAC do Centro Saúde Tábua, aguardando-se que, *"no período referente ao concurso, as empresas possam concorrer e que este desígnio seja, a breve trecho, uma realidade"*, como referiu.

Em sede de representação municipal, deu nota que participou, assim como o Senhor Vice-Presidente, na Assembleia Geral da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, que decorreu em Tondela, nas instalações da mesma associação intermunicipal, tendo o Relatório de Contas merecido aprovação unânime de todos os municípios que estiveram presentes.

A respeito da comunidade ucraniana, disse congratular-se pela forma como a mesma se está a adaptar à nossa realidade, aproveitando para parabenizar, igualmente, a integração tida pelas duas crianças quer no 2.º, como no 4.º ano do Agrupamento de Escolas de Tábua.

Finalizou, transmitindo com grande satisfação que o Município foi distinguido com a bandeira azul, designadamente, no que respeita à Praia Fluvial da Ronqueira, manifestando, por isso, o seu agradecimento a todos os envolvidos, considerando tratar-se de um processo que tem um trabalho específico no que respeita,



CÂMARA MUNICIPAL

concretamente, à análise das águas e a toda a qualidade que está adjacente ao espaço.

Nada mais havendo a acrescentar, passou a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para tecerem as considerações que entenderem efetuar.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR E VICE-PRESIDENTE, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira, começando por apresentar os habituais cumprimentos a todos os presentes na reunião.

No uso da palavra e no seguimento do que o Senhor Presidente referiu, relativamente ao Coro Polifónico Municipal de Tábua, felicitou igualmente os seus intervenientes pelos 12 anos de existência do mesmo e, particularmente, o Senhor Maestro e a Senhora Dra. Ana Paula Neves, pessoa mais ligada ao Coro e que, no fundo, o representa, assim como a todos os Coralistas.

A respeito do mesmo, realçou que apesar de nos últimos dois anos não ter sido possível assinalar esta data, como era usual, nem ter podido sair para atuar em outros locais, devido à pandemia e tendo, também, em consideração o registo de algumas baixas nos seus elementos, conseguiu fazer uma renovação, motivo pelo qual se sente regozijado, uma vez tutelar e também acompanhar de perto a sua atividade.

Neste contexto, enalteceu a forma como decorreu o espetáculo que assinalou o aniversário do mesmo, abrilhantado com a participação do Coro da Cruz Vermelha de Águeda e da Academia Artística de Tábua, tendo sido reconhecido, por quem teve o privilégio de assistir, um espetáculo de excelência.

Seguidamente, deu nota que, no passado dia 20 de abril, a Câmara Municipal procedeu à assinatura dos Protocolos das Equipas de Intervenção Permanente



CÂMARA MUNICIPAL

(EIP's), com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha, respetivamente.

De, igual modo, informou que decorreram, nos passados dias 21 e 22 de abril, as Audições de Performance dos alunos da Academia Artística do Município de Tábua que possui cerca de 135 alunos, prendendo-se as mesmas com uma audição individual efetuada anualmente ou por período letivo e que resultam do Regulamento em vigor, permitindo a avaliação dos alunos, de acordo com os ensinamentos que vão tendo no manuseamento dos instrumentos.

Neste sentido, manifestou a sua satisfação por ter testemunhado o gosto demonstrado pelos alunos, dos mais pequeninos aos mais velhos, de quererem fazer parte de uma academia, seja ela juvenil ou sénior.

Esclareceu que *“foi um projeto que começou há 11 anos e que com o citado número de alunos, evidencia bem a força que está a desenvolver, não só aqui, mas também no território, uma vez que já estão a ser convidados para ir atuar outros sítios”*.

Continuou, fazendo referência ao incêndio urbano que ocorreu na madrugada de 24 de abril, por volta das 4 da manhã, que provocou o desalojamento de um agregado familiar composto por um pai dois filhos, um deles com mobilidade reduzida e, atualmente, internado em Coimbra com algumas queimaduras e cujo prognóstico é favorável, segundo informação dos familiares.

Transmitiu que o Serviço Municipal de Proteção Civil esteve presente, assim como, os Serviços da Ação Social do Município que acompanharam a situação, desde a primeira hora, explicando todas as diligências que foram encetadas à referida família, em termos de apoio.

Mais esclareceu que a habitação em questão está inscrita no Programa 1.º Direito a fim de ser totalmente reconstruída ao abrigo da candidatura, estando já os trabalhos a serem efetuados, nesse sentido.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
DIA

[Handwritten signature]

AD

[Handwritten mark]

Sobre esta temática, interveio o Senhor Presidente acrescentando que, no dia de hoje, encetou conversações com o Presidente da Junta, pelo que *“iremos deslocar-nos ao local, na segunda-feira, para monitorizar, acompanhar e agradecer também o empenho de todos os técnicos da tutela do Senhor Vice-Presidente, no âmbito da resolução rápida, eficaz e discreta de situações como esta”*, como referiu.

Aproveitou o uso da palavra, para dar nota que as próximas reuniões da Câmara, do mês de maio, serão deslocadas para o Edifício Cultiva e a partir de junho será iniciado o propósito de fazer as reuniões de Câmara descentralizadas, designadamente, nas freguesias.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. SUSANA MENDES:

Interveio a Senhora Vereadora, Dra. Susana Mendes, que após apresentação dos habituais cumprimentos aos Senhores Vereadores e a todos os presentes, iniciou a sua intervenção associando-se ao que já fora dito sobre o aniversário do Coro Polifónico Municipal, corroborando os parabéns direccionados ao mesmo, assim como a excelência do espetáculo.

Em sede da Educação, destacou o Concurso de Leitura “Tábua a Ler +”, direccionado a todos os alunos do concelho, desde o 1.º Ciclo ao Ensino Secundário e Profissional, resultante de uma iniciativa da Rede de Bibliotecas de Tábua, incluída nas atividades da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, assim como das Bibliotecas Escolares e que tem por finalidade integrar o Concurso Nacional de Leitura.

A este respeito, lembrou ter dado nota, numa reunião passada, da 1.ª fase do concurso que decorreu no mês de fevereiro e no qual foi selecionado um aluno para representar Tábua na fase intermunicipal que ocorreu, no dia de ontem, na Lousã, sendo com muita satisfação que *“parabenizamos o aluno Samuel Varela do 4.º ano do Ensino Básico de Mouronho por ter sido apurado para a final do Concurso Nacional de Leitura que vai decorrer em junho, em Almada, sendo que este resultado*



CÂMARA MUNICIPAL

fantástico demonstra por si só, não só o resultado do investimento nestes projetos que aumentam todas as competências dos alunos e reflete o trabalho de todos aqueles que preparam os alunos para participar nesta iniciativa, reconhecendo assim o trabalho dos Técnicos da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, da equipa das Bibliotecas Escolares e dos Senhores Professores titulares”, como referiu.

No âmbito da interrupção letiva das férias da Páscoa, deu conhecimento do balanço das atividades que decorreram, inseridas na iniciativa do ATL da Páscoa, nas localidades de Mouronho e Midões, onde se registou um aumento de crianças a participar, por necessidades das famílias que não têm suporte, nem retaguarda para esta interrupção.

Neste contexto, fez igualmente menção à promoção da atividade “Oficinas de Páscoa”, dirigidas às crianças que frequentam os CATL's, quer da Diocesana de Coimbra, quer da Casa do Povo Tábuia e da Valência da Santa Casa da Misericórdia, atividades estas que são dinamizadas pelos Técnicos do Desporto, pelos Professores de Inglês do Município e, também, pelos Técnicos da Biblioteca Pública Municipal João Brandão, tendo participado na mesma, este ano, 122 crianças, ao longo dos três dias de duração da referida atividade.

Na área do ensino, deu conhecimento que esteve presente nas provas de certificação de dois adultos, no âmbito do Centro Qualifica da Eptoliva e dos processos de RVCC escolar que estão a decorrer.

Neste sentido, exteriorizou “*ser de extrema importância reconhecer o esforço e parabenizar o adulto quando, no tempo devido, não conseguiu por todas as circunstâncias que pesam, na altura, concluir a sua escolaridade, muitas vezes obrigatória e que, nos dias atuais, acabam por ter um ato de coragem ao inscreverem-se nestes processos que são complexos mas que, ao mesmo tempo, para além de lhes aumentar a qualificação escolar e, neste caso, refere-se ao 12.º ano, dando-lhes oportunidade de trabalho diferentes porque, muitas vezes, algumas ofertas de emprego estão associadas ao nível de escolaridade do adulto*”.

A respeito da integração das duas crianças ucranianas na nossa rede escolar



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

e na sequência do já referido pelo Senhor Presidente notou tratar-se de um processo que não é fácil, considerando que estão em causa crianças que vêm com algumas carências e para uma realidade nova. Contudo, como referiu *“a boa articulação, entre o Agrupamento de Escolas de Tábua e o Município, através dos Serviços da Educação e do CLAIM, foi facilitadora para que a integração fosse tranquila e com sucesso”*.

Mais, informou que os referidos alunos estão a receber todo o apoio escolar, assim como um acompanhamento especializado dirigido às suas necessidades, incluindo a aprendizagem do português língua não materna e que é efetivado por um professor designado pelo Agrupamento de Escolas de Tábua.

Seguidamente, fez referência ao 1.º *workshop* de sensibilização e prospeção de potenciais empreendedores, no âmbito do “Programa Região de Coimbra Empreende Mais”, promovido pela CIM Região de Coimbra e pelo Instituto Pedro Nunes, cuja sessão decorreu no Edifício Cultiva, no passado dia 21 de abril, tendo por objetivo, para além da apresentação do mesmo, esclarecer o seu modo de funcionamento e sensibilizar atitudes empreendedoras e que contou com a presença de 13 potenciais empreendedores do concelho de Tábua.

Ainda, a propósito do citado Programa, fez uma explicação sucinta sobre as várias etapas a que o mesmo obedece, estando as candidaturas, neste momento, a decorrer até dia 15 de maio, na plataforma de Ideias de Negócio/textos potenciais empreendedores ou então de empresas já instaladas que tenham uma nova ideia de negócio que queiram que venha a ser desenvolvida.

Mais referiu, que o *workshop* contou com o testemunho de dois empreendedores locais, o tatuador João Morais, de Midões e o empresário Armando Pereira, da empresa Critical Flow, aos quais manifestou o seu agradecimento por terem partilhado com os presentes o seu processo de criação de empresa e os fatores de sucesso para os seus negócios.

Finalizou a sua intervenção, fazendo referência ao suplemento remuneratório de insalubridade e penosidade a atribuir aos trabalhadores, elucidando que *“ é uma*



CÂMARA MUNICIPAL

matéria que estamos a trabalhar na fase de conclusão, tendo já reunido com os Encarregados, nos passados dias 21 e 22 de abril, para se poderem aferir as áreas abrangidas e funcionários, no âmbito da legislação em vigor. Portanto, o diploma está feito. Foi apresentado e estamos a rever o mesmo, de modo a ser posto à consideração dos Sindicatos, na primeira quinzena de maio, para depois vir a este Órgão para análise e aprovação".

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO:

Usou da palavra o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto que, após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, bem como a todos aqueles que estão a acompanhar a reunião através das redes sociais, Começou por reforçar os parabéns já dados ao Corpo Polifónico municipal pelos seus 12 anos de existência, a todos os coralistas e ao Maestro, desejando-lhes que *"continuem a espalhar e a cantar, por esse mundo fora, uma vez que são os verdadeiros embaixadores de Tábua"*.

No seguimento do que o Senhor Presidente referiu quanto ao galardão da bandeira azul atribuído à Praia Fluvial da Ronqueira, que regista com satisfação e, considerando que o mesmo resulta de uma candidatura preparada pelo Município, endereçou os parabéns aos técnicos que estiveram envolvidos na mesma, assim como a algumas entidades do concelho que vão fazer atividades ambientais na referida Praia Fluvial.

Salientou, ainda, que *"da extensa lista de praias fluviais do país, 431 tiveram a bandeira azul e, para nós, é um grande galardão que a Praia Fluvial da Ronqueira seja uma delas. Representa um símbolo de qualidade que distingue a praia em matéria de ambiente sendo, para si em particular e para o Executivo, um motivo de orgulho"*.

No âmbito das atividades desportivas, destacou que, no passado dia 9 de abril, se realizou o 13.º Torneio de Atletismo da Atividade Física e Desportiva, no Pavilhão Multiusos Tábua, organizado em estreita colaboração com o Agrupamento



CÂMARA MUNICIPAL

de Escolas e, também, com a participação dos elementos do Curso Profissional Técnico do Desporto da Comissão de Melhoramentos de Percelada, da Associação Girassol e da Associação Académica de Coimbra, tendo participado no mesmo 134 atletas, em várias modalidades.

Transmitiu que, no âmbito da adesão do Município ao “cartão branco do desporto”, se aproveitou a referida atividade desportiva para propagar e enaltecer as condutas eticamente corretas praticadas pelos atletas, pelos treinadores e pelos dirigentes, com o objetivo de fomentar uma atitude pedagógica e cívica no desporto.

Ainda no capítulo do desporto, deu nota que a Escola Municipal de Natação de Tábua participou na “3.ª Concentração do Circuito Municipal da Escolas de Natação”, realizada nas Piscinas Municipais de Vila Nova de Paiva, no dia 9 de abril, na qual os nadadores que a representaram, atingiram lugares de destaque, facto que *“evidencia, mais uma vez, o excelente trabalho que temos feito neste âmbito”*, como referiu.

Na área da Juventude, designadamente, no que concerne à continuação de diálogos estruturados com os jovens no âmbito do “Plano de Estratégia para a Juventude”, deu nota da reunião efetuada com o Grupo de Jovens Baruk e com a Academia Artística do Município de Tábua, no passado dia 13 de abril, que teve por objetivo a divulgação do referido Plano, e aquilo que pretendem fazer para a juventude, bem como solicitar aos jovens os seus contributos, com o intuito de enriquecer o citado documento que lhes é direcionado.

Por último, fez menção à “Caminhada Todos por Todos”, organizada pelo Grupo de Voluntariado Comunitário do Concelho de Tábua da Liga Portuguesa Contra o Cancro, realizada no passado dia 25 de abril, que culminou na Pista de Atletismo Mário Pinto Claro e que teve, também, a colaboração dos Técnicos do Desporto do Município.

Handwritten signature in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, FERNANDO TAVARES PEREIRA:

Interveio o Senhor Vereador, Fernando Tavares Pereira que após apresentação dos habituais cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e restantes pessoas os presentes na reunião, iniciou a sua intervenção para falar um pouco do assunto que se passou há 15 dias, sobre a aprovação do Orçamento pela Câmara Municipal de Tábua, para dizer que esta dívida que estava no Orçamento, de 1 milhão 403 mil e 25 euros, deveria estar noutra rubrica. Não no Orçamento, mas como dívida. Quer dizer que, assim a verdade financeira do município e não só, fica encalhada nestas coisas. Assim como também existe lá uma outra parcela de compromissos assumidos no Orçamento e não pagos, mais 800 mil euros do ano anterior. E, este montante já vem de há uns anos a esta parte. E, o que lamentamos, tanto eu, como todos os Tabuenses (...) De facto, a gestão da Câmara ou muda ou então muita coisa tem que mudar nestas reuniões, porque as coisas não podem ficar assim calmas. Por vezes, temos que ter outras coisas e, infelizmente, esperamos não as dizer".

Quanto ao saneamento básico, referiu que "já vi qualquer coisa hoje, (...) embora na sede do concelho de Tábua haja aldeias que ainda não têm saneamento básico e eu fazia um desafio ao Senhor Presidente da Câmara para que a gente vá visitar algumas ETAR's, um dia, a fim de verificarmos a situação em que elas estão. E, o caso de Loureiro, para mim, é um caso muito grave a nível do Município de Tábua. Até é uma vergonha para nós próprios trazer alguém lá, tendo em consideração aquele cheiro causado pelas águas residuais que escorrem a céu aberto. Espero, também, que ao fazer os novos saneamentos, de facto, não se esqueçam de algumas das casas".

Quanto ao pessoal do estaleiro disse que "era uma promessa que já há muito tempo devia estar tratada, e espero que o tratem porque, às vezes eu preferia não fazer um concerto e dar esse dinheiro ao pessoal e, isto infelizmente, assim não funciona (...)".



CÂMARA MUNICIPAL

Na Educação e Saúde disse que *"eu não aceitaria as transferências, mas tudo bem. A uma talvez fosse obrigado, a outra não"*.

Por último, questionou quando é que os Vereadores da oposição vão ter um gabinete no edifício do Município, *"a fim de podermos estar presentes e ouvir lá os Tabuenses. Não está em causa a cor política de cada um. Está em causa sim as pessoas"*.

Entretanto, também, *"não posso deixar de dizer aqui algumas coisas. A Praia Fluvial da Ronqueira, é boa, mas era preciso que se fizesse praia, também, no concelho de Tábua e, não só, no concelho de Arganil. Acho que a bandeira azul é ótima, mas deveríamos fazer qualquer coisa para que as pessoas ficassem no concelho de Tábua e não na parte de Arganil e aí tem o nosso apoio para isso"*, como referiu.

Quanto aos ucranianos, disse que *"também estamos de acordo por tudo aquilo que fizeram. Acho muito bem. Hoje são eles, amanhã podemos ser nós (...)"*.

Dirigiu-se ao Senhor Vereador e Vice-Presidente, Dr. António Oliveira para lhe dar os parabéns, porque como disse *"estas coisas sem grandes custos e pôr Tábua a nível da cultura é bom e acho que isso é salutar para todos nós, tanto para quem lá está a fazer, como para quem está também na parte das associações responsáveis por elas. Acho que é um trabalho importante e quanta mais cultura tiver o Concelho de Tábua, melhor nós estamos todos"*.

Quanto à Senhora Vereadora, Dra. Susana *"dou-lhe, também, os parabéns, tanto ao aluno, como à escola e como a vocês, porque isto é um trabalho importante e a formação é ótima. E, se aquele edifício lá em cima está pronto, acho que é importante que se faça o mais possível pela nossa terra, pelos nossos jovens, pela criação de empresas e pelo apoio à formação (...)"*.

Para responder às questões colocadas, interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo, no que concerne à abordagem sobre o Relatório de Gestão e documentos da Prestação de Contas e Orçamento que foram apreciados na reunião anterior, assim como pela Assembleia Municipal, que *"não irá tecer nenhum*



CÂMARA MUNICIPAL

comentário sobre o assunto, esclarecendo que “apenas nos limitámos em espelhar aquilo que são as Contas do nosso Município de forma transparente, realista e, efetivamente, que possamos ter um documento que nos alavanque de alguma forma para as decisões que teremos que tomar, umas mais difíceis, outras menos difíceis, tendo em consideração, também, aquilo que é a situação financeira do nosso Município”.

Sobre a questão do saneamento, transmitiu que “terei todo o gosto em visitar todas as ETAR's nas quais temos feito um trabalho interno sobre essa mesma matéria. Peço sempre a atenção e, sobretudo, a sensibilidade para que haja o maior cuidado uma vez estarmos a preparar um ano de transição. E, é neste item, que vos queria prender alguma atenção, relativamente àquilo que é a já constituída AINTAR (Associação Intermunicipal), criada para esta mesma finalidade, no âmbito do saneamento, constituída por 4 Municípios, que já foi presente à Assembleia Municipal e que faz questão de trazer à reunião da Câmara, por entender que, tanto os munícipes como os Vereadores que estão em regime de não permanência, tenham conhecimento também do acompanhamento das Associações das quais o Município de Tábuva pertence. Portanto, estamos não só a fazer um investimento e a manter aquilo que é o nosso modo de atuar, ainda este ano. E, teremos, como já vos disse na última reunião, que trazer cá a adaptação das taxas inerentes e aumentos necessários e que são realizados, sendo nosso desígnio trazer aqui, também, a possibilidade e que seria de todo justo, de redução de uma forma abrupta daquilo que é a ligação da rede de saneamento, isto é, os valores que estão em cima da mesa e que, neste momento, ocorrem são valores que consideramos que são elevados e, portanto, também teremos de trazer aqui algo que nos parece ser um incentivo para que as pessoas possam ligar o saneamento onde ele mesmo existe”.

Prosseguiu, esclarecendo que “estamos, também, a monitorizar aquilo que são as capacidades de investimento, ainda durante este ano, para que efetivamente o serviço de recolha e de limpeza das fossas nas localidades onde não há saneamento possam, também, acompanhar essa mesma progressão e, depois, de



CÂMARA MUNICIPAL

futuro teremos todos que analisar a integração, tanto de recursos humanos, como de materiais ou não. Mas, sobretudo, de equipamentos, conforme reuniões efetuadas com a referida associação e a que se refere o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, sobre o qual poderemos falar um pouco mais".

Sobre as questões do pessoal do estaleiro, dizer claramente que "nós não teremos nenhuma dificuldade em fazer opções. Aliás, iremos divulgar a não realização da nossa FACIT por dois motivos. Um, porque acreditamos que, efetivamente, a FACIT não são só concertos. Tem uma mescla a nível empresarial que é importante e, portanto, não podemos desvirtuar a nossa feira e achamos que, ainda, não é o momento para que todos os empresários estejam de uma forma empenhadíssima naquilo que é a divulgação e possam participar num certame que achamos que tem uma componente muito grande empresarial. O outro prende-se com as opções financeiras. E, portanto, iremos de uma forma pública transmitir que, este ano, não iremos realizar o nosso certame porque, efetivamente, as Contas estão à vista e porque a questão de que já falamos aqui várias vezes e que é o Orçamento de Estado. E, portanto, enquanto não tivermos a segurança e a necessidade de termos que tomar as melhores opções do ponto de vista do investimento, não iremos fazer aquilo que são os designados concertos, como o Senhor Vereador disse".

Prosseguiu, referindo que "em paralelo teremos, obviamente, aquilo que são as candidaturas, e aqui já foi focado o excelente trabalho que temos, também, ao nível da cultura. E, portanto, temos candidaturas que, ainda, estão a decorrer com um financiamento de investimento de 100% sobre a qual ainda vos darei nota nesta reunião de Câmara de uma delas, que já se realizou e iremos utilizar para fazer um outro evento que já foi divulgado no nosso Boletim Municipal, colmatando de alguma forma essa mesma atividade cultural que, também, precisamos na altura do verão para incentivar a que as pessoas possam assistir. Mas, dizer-lhe que se há Executivo que sempre esteve empenhado naquilo que foi a resolução dos problemas do pessoal, todo ele e, nomeadamente, do externo, foi este. Portanto, desde que tomamos posse, assumimos logo, claramente, aquilo que queríamos. Investimos no



CÂMARA MUNICIPAL

contentor para dar condições, no ponto de vista dos WC's e duche, aos nossos trabalhadores. Investimos naquilo que foi a renovação da frota automóvel, cuja hasta pública de venda dos veículos que já estavam obsoletos ao serviço da Câmara, teve o seu início às 14 horas, do dia de hoje. Portanto, temos investido fortemente nos equipamentos”.

Ainda a respeito do pessoal, deu nota que já está ativo no nosso Município, o Serviço de Medicina no Trabalho, cujo desempenho da tarefa está a ser articulado por uma Técnica de Higiene e Segurança do Trabalho, para que monitorize e identifique todos os locais de trabalho, bem como os trabalhadores para que o subsídio de insalubridade seja pago de forma correta e digna.

A respeito do mencionado subsídio, clarificou que o Decreto-Lei especifica claramente aquilo que é o pagamento diário, havendo dias que o trabalhador tem direito e outros não, havendo a necessidade de dentro desses dias de pagamento escalonar por grau de empenho o local de perigosidade e o valor que lhe está atribuído.

Neste contexto, foi feito um trabalho correto, sério e honesto que culminou na semana passada com um reunião efetuada com os Encarregados, com o Chefe de Divisão da DOSUA e com a Técnica de Higiene, na qual foram dadas as devidas explicações para serem divulgadas junto dos trabalhadores.

Perante o exposto, disse ser de estranhar que “os mesmos sejam monopolizados e tenho que o dizer. Ainda ontem, tive oportunidade de o dizer em viva voz, aos representantes do Sindicato e não acho que é correto, a forma como os mesmos, às vezes, tentam alterar aquilo são os desígnios. Estamos a trabalhar de uma forma séria para implementar. O que não acho justo é que, efetivamente, se tente balizar todos por igual e aqui dizer que temos tido esse cuidado de justiça, porque há casos que, apesar de não estarem vertidos no decreto-lei, os mesmos podem ajudar outro colega numa dada matéria e, por isso, estamos empenhados para que o mesmo possa receber, por ser uma questão de justiça e de timing de operacionalidade, como já referiu, e não por uma questão financeira. (...)”



CÂMARA MUNICIPAL

Ainda, sobre esta matéria, disse que *“está sempre disponível para reunir com todos os trabalhadores, individualmente ou em grupo. Agora, não me peçam para me associar a interesses de Sindicatos. Aí tenho que ter uma mão firme sobre a matéria porque Tábuva não se pode vender, nem estar ao serviço dos interesses dos Sindicatos. Por isso, repito que estranho que, estando o processo no final, venham, neste momento, querer tirar lucro e partido daquilo que foi um trabalho sério, honesto e exímio deste mesmo Município.*

Aliás foi uma mensagem que teve oportunidade de transmitir ao Sindicato (...). Portanto, estamos disponíveis para ajudar a solucionar problemas e não para criar ruído ou mais problemas”.

Depois, *“quando os Senhores Vereadores referem a Praia Fluvial da Ronqueira, dar-vos nota que, efetivamente, a mesma já existe há alguns anos, na qual fizemos um investimento resultado de uma candidatura e que foi importantíssimo”, para o turismo.*

Mais elucidou que *“o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto esteve com o Chefe de Divisão e os nossos Encarregados a ver mais melhorias que possamos fazer para termos um espelho, digamos assim, de acesso à água e, nomeadamente, para solário de maior dimensão e com maior conforto, estando também a ser terminada a questão da cafetaria e do bar, com uma esplanada que nos permite, ainda, recriar e termos mais acesso para sermos mais competitivos no ponto de vista positivo (...)”.*

A este propósito, deu igualmente nota, da reunião que o referido Vereador, teve, ontem, com o seu homólogo da Câmara de Arganil, relacionada com a contratação dos Nadadores Salvadores, considerando que a margem é a mesma.

Por último, voltou a fazer menção à “Bandeira Azul”, com que a referida praia foi galardoada, facto digno de nota e que *“muito nos honra”.*

Sobre o que referiram quanto à Educação, acrescentou que *“é perfeitamente um exemplo. Parabéns e reforço, novamente, as palavras direccionadas ao aluno no âmbito daquilo que foi um projeto e um Concurso de Leitura, e é importante para termos a noção dos investimentos que, por vezes, são feitos, nomeadamente, até*



CÂMARA MUNICIPAL

descentralizados, como é o caso, na Escola Básica de Mouronho que permite que num espaço, onde outrora tinha uma Biblioteca sem exploração e na qual colocamos mais um recurso humano a potencializar e de alguma forma a apoiar estes projetos dinamizados por nós e pela Rede de Bibliotecas Escolares onde está inserido, também, a nossa Biblioteca Municipal de Tábua”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, VÍTOR MELO:

Interveio o Senhor Vereador, Vítor Melo, apresentando cumprimentos ao Senhor Presidente, elementos do Executivo, funcionários da Câmara que prestam apoio ao secretariado e aos Tabuenses que estão a assistir à presente reunião da Câmara, através das redes sociais.

No uso da palavra, começou por felicitar o dia do “Feriado Municipal” e a comemoração do “25 de Abril”, pela forma conforme foi assinalado,” *com a prata da casa, se me permite a expressão, sem gastos e muitos alaridos, fez-se uma festa bonita, interessante, apelativa e sem muitos custos. E, para mim, o mais importante, na questão do “25 de Abril”, com todos e não só com alguns. Eu já fiz referência no meu discurso e penso que ficou bem vincado, onde há uma nova postura e uma nova forma de estar do Executivo perante a liberdade e perante a forma como quer, digamos, lidar com todos que tenham o poder. Bem-haja”.*

Quanto a questão das obras, referiu que “os novos lancis de pedra que estão a ser aplicados na Vila têm provocado avultados prejuízos aos Tabuenses, como sejam, jantes danificadas, pneus rebentados e em alguns carros que são mais baixos, até alguns para-choques. E, tudo isto, devido à pedra ter uma esquina viva que provoca esses prejuízos. Muitos Tabuenses me têm alertado para este facto. Sugiro ao Senhor Presidente que tome medidas para mitigar tais prejuízos. Dou como exemplo o Município de Ansião, onde constatei que as pedras são iguais às que estão a ser aplicadas em Tábua, mas retiraram-lhe a esquina viva que danifica as viaturas”.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Quanto ao Cultiva, referiu que “ se constatou na inauguração do espaço que o edifício construído invade o passeio e ultrapassa o limite da construção das construções vizinhas. Tal facto já tinha sido alertado pelo PSD em reunião e assembleias municipais com o anterior Executivo, aquando a obra ainda estava a decorrer. O antigo Presidente afirmou que isso nunca iria acontecer, mas a realidade é outra e vimos que existe algum espaço do edifício que ultrapassa o perímetro, digamos assim, das edificações limítrofes. Constatamos igualmente que o edifício não tem parque de estacionamento, nem um local para os veículos poderem parar e deixar os passageiros. Estando a sua localização junto a uma das artérias principais da entrada da Vila e da entrada da zona industrial torna-se perigosa a movimentação de pessoas e veículos tão junto ao edifício Cultiva, onde todos esperamos que haja muita afluência de pessoas.

Senhor Presidente, pergunto onde vão os utilizadores do Centro Cultiva estacionar os seus veículos? Bem-haja”.

Sobre as questões colocadas, interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir, relativamente às obras que “efetivamente, os lancis que estão a ser colocados não são de pedra, são de cimento. Terá que se ter em consideração essa mesma questão de algumas esquinas vivas que possam ocorrer, nomeadamente, até de aparar e já tivemos a analisar o projeto porque achamos que o mesmo estava muito bem. Efetivamente, na aplicabilidade da obra não nos parece que esteja assim tão bem e que está a criar algumas condições e dificuldades agora e, depois, ainda mais no futuro com a inclusão da ciclovia, motivo pela qual tivemos a candidatura aprovada. Portanto, iremos proceder a uma retificação dos mesmos lancis que estão colocados no meio do estacionamento, porque a via é de sentido único e irá criar dificuldades no futuro. Falámos com o Presidente da Junta para ouvirmos a opinião do mesmo sobre a matéria e não teremos qualquer problema quando achamos que as coisas não estão bem e têm que ser corrigidas, de modo a que o trânsito possa fluir”.



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre a questão do Cultiva, dizer-lhe que "os arranjos exteriores não estão terminados. São duas questões bastante importantes que o Senhor Vereador levantou e até agradeço que o faça, para que possamos esclarecer as pessoas. O eixo da via irá sofrer algumas alterações. O passeio, neste momento, ainda não está alinhado e de acordo com a versão final. Há que enquadrar e, numa próxima reunião podemos trazer o projeto para os Senhores Vereadores verem (...). O passeio vai alargar com distanciamento e, portanto, o edifício depois ficará enquadrado numa zona de calçada (...), parecendo-nos pelo desenho do arquiteto e por aquilo que estava estipulado que vai ficar bem. Posto isto, pedir-vos um pouco mais de compreensão. Neste momento, pode parecer que não esteja tão bem, mas que no futuro estará melhor".

Já quanto à outra questão que levantou "gostaria de falar convosco, numa reunião da Câmara privada, sobre a possibilidade da aquisição dos terrenos que estão ao lado do mesmo, sobre os quais já estão a ser encetadas negociações e que fazem todo o sentido. Depois, também e até numa questão futura, vos quero abordar sobre o Centro Logístico Municipal para que possamos aqui definir uma estratégia de futuro e acho que, se tudo correr de acordo como nós esperamos, Tábuva ficará a ganhar sobre essa mesma matéria".

Interveio o Senhor Vereador, Fernando Tavares Pereira referindo que "acho muito bem que, de facto, sejamos ouvidos porque há coisas que, na verdade, tudo muda quando as pessoas compreendem que nós não falamos só por falar. E, o Senhor Presidente tocou aí dois pontos que foram muito importantes, Foi o problema de dizer que ia rever as duas situações, assim como, também da Ronqueira. Para nós, para Tábuva, é bom que na verdade o que se fez, fez-se, mal feito, mas as soluções estão agora a aparecer. Também, ver se era possível arranjar mais um pouco de parque de estacionamento na Ronqueira porque é curto, não se conseguindo virar o carro".

Quanto à situação do pessoal, disse "uma coisa que lhe quero dizer. Nós não tivemos nada a ver com esta situação do pessoal "zero". Simplesmente, eu vi, de



CÂMARA MUNICIPAL

facto, passar na comunicação social e, hoje, é óbvio que tinha que fazer essa pergunta porque era um assunto que estava feito para que fosse feito logo no mês seguinte, como sabe. Portanto, são coisas que nós temos que perguntar qual o motivo. Se está para se resolver, muito bem porque, na verdade, somos todos humanos. Somos todos iguais e é para isso que cá estamos".

Face ao exposto, o Senhor Presidente respondeu "claro que sim. É essa a nossa função. A minha, enquanto, Presidente e a dos Vereadores. E, a Senhora Vereadora tem feito um excelente trabalho, nomeadamente, nos Recursos Humanos e eu acrescentaria aqui que, muitas das vezes, também cria algum ruído, mas é um ruído de forma justa, que é a instalação do chamado «picar o ponto», que reativamos e melhoramos o sistema todo, obrigando, entre aspas, até porque não é uma obrigação, mas um dever, a assiduidade e a pontualidade de qualquer colaborador. E, portanto, somamos também isso. E, às vezes, cria também um constrangimento, mas achamos que estamos a trilhar o caminho sério, honesto e, sobretudo, de justiça para todos os trabalhadores que, também, têm que o fazer para que possam cumprir os seus deveres".

Quanto ao que referiu sobre a Ronqueira, o Senhor Presidente referiu "acho que não está mal feito e o que está a ser feito poderá melhorar, ainda, mais tendo em consideração os constrangimentos também do próprio projeto, do próprio edificado e daquilo que era permitido, na altura e, agora, construir sobre a mesma".

Sobre o parque de estacionamento, esclareceu que o mesmo é maior que o da outra margem do rio, assunto que também já foi analisado com o Senhor Presidente da Junta de Mouronho, dada a existência de uma zona de acesso onde se situa a passagem e que, "retirando parte do passeio que lá existe já há alguns anos, poderá ficar mais desafogado e até ajudar naquilo que são as mudanças de via e de sentido na mesma, mas estamos empenhados nisso. Portanto, agradecer, desde já, os vossos contributos sobre essa mesma matéria", como referiu.

Usou, novamente, da palavra o Senhor Vereador, Fernando Tavares Pereira para referir que na Ronqueira "há lá mais dois estabelecimentos, onde esteve há dias

DM
[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL

Deputado
DM
[Handwritten initials]

e queixaram-se sobre problemas de uma ETAR ou o que quer que seja. A possibilidade é que a energia está cara, os homens têm problemas e, qualquer dia, podem vir a fechar aqueles estabelecimentos, com o problema de todos os custos. Queixaram-se que, na verdade, têm que pagar quando é para a limpeza das fossas. Como são estabelecimentos, penso que todos temos que olhar um pouco para isso, porque é mais-valia para o concelho de Tábua”.

Perante a situação exposta, o Senhor Presidente da Câmara disse que “acompanha o raciocínio, na forma de resolução, da proprietária de um lado e do outro que percebemos que, efetivamente, está numa zona de terminus, digamos assim, do concelho e será, de todo impossível, lá ter uma estação de tratamento de águas residuais. Há o sistema de fossas que é legítimo e que é legal, em funcionamento. E, aquilo que diria há pouco e que iremos tratar num futuro, é que temos que olhar para alguns valores e tentar reduzir porque, efetivamente, o caminho é tão deficitário e estão acima da média que teremos que tentar subir para que possam estar acoplados por forma a que o sistema seja um pouco mais justo e qualitativo para todos”.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA:

Usando da palavra, a Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Almeida apresentou cumprimentos a todos os elementos do Executivo, assim como ao staff das Reuniões da Câmara presentes.

Seguidamente e embora a sua área não seja a financeira, referiu que não irá abordar esse assunto, mas as Contas são sempre complicadas e nós sabemos disso pela experiência da vida de cada um e, em seu entender, é bom que elas sejam, de facto, claras e que sejam satisfatórias para todos.

Em relação ao Coro Polifónico Municipal, disse que “gostaria de dar-lhe os parabéns, uma vez ter estado presente em vários concertos e, de facto, acha que tem muita qualidade e a perspetiva de mais concertos é sempre bom”.



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Quanto às comemorações, quer do “Feriado Municipal”, quer do “25 de Abril”, referiu que *“considero que foram muito dignas e que se desenrolaram de forma adequada com a participação de bastantes munícipes. E, portanto, é sempre um momento muito importante, acho eu, na vida da democracia, celebrarmos aquilo que são os valores, quer ao nível municipal, quer ao nível nacional, como foi o “25 de abril”. Por isso, o meu regozijo pelo modo como essas comemorações decorreram”*.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Findas as intervenções dos Senhores Vereadores e prestados os necessários esclarecimentos às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara, passou ao II Período da Ordem do Dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. ACORDO DE PARCERIA “PROJETO TÁBUA SOLIDÁRIA COM A UCRÂNIA” A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE TÁBUA E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – MINUTA.

Deliberação n.º 95 - Presente o Acordo de Parceria a celebrar entre o Município de Tábua e a Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira do Hospital, que se dá por reproduzido, e que visa no âmbito da gestão do Projeto “Tábua Solidária com a Ucrânia”, a cedência e utilização de autocarro para transporte de refugiados da Ucrânia, de Lisboa para o concelho de Tábua.

Colocado o assunto à consideração da Câmara foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido Acordo de Parceria, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 01 de março que se rege pelas cláusulas constantes no mesmo, a ser outorgado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



CÂMARA MUNICIPAL

2. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO/CULTIVA – EDIFÍCIO MUNICIPAL PARA ESPAÇO CRIATIVO.

Deliberação n.º 96 - Presente o dossier das Medidas de Autoproteção relativo ao CULTIVA – Edifício Municipal para Espaço Criativo, sito na Rua da Indústria, da Vila, freguesia e concelho de Tábua, que se dá por reproduzido, elaborado pela Sra. Eng.ª Andreia Coelho, da DOSUA, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei 224/2015 de 9 de outubro e pela Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro, que aprova o Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, bem como a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 135/2020, de 02 de junho, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo a que as Medidas de Autoproteção do Edifício, em questão, obedecem ao constante nos citados diplomas legais, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido dossier, bem como a sua implementação.

3. AINTAR - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DE CARREGAL DO SAL, SANTA COMBA DÃO, TÁBUA E TONDELA/PROCEDIMENTO N.º 4605/2022 E CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO FECHO DA REDE DE DRENAGEM DOS AGLOMERADOS DA VENDA DA ESPERANÇA, BALOCAS E VALONGO (SAR VILA CHÃ) E REDIFINIÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DA ETAR DE TOURIZ DO CONCELHO DE TÁBUA – LOTE 2/CONHECIMENTO.

Presente o contrato de adjudicação de execução da empreitada “Fecho da Rede de Drenagem dos Aglomerados da Venda da Esperança, Balocas e Valongo (SAR Vila Chã) e Redefinição do Sistema de Tratamento da ETAR de Touriz, do Concelho de Tábua – Lote 2”, que se dá por reproduzido, celebrado entre a AINTAR – Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela e a empresa Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda., na sequência da abertura do procedimento do tipo



CÂMARA MUNICIPAL

concurso público internacional, de acordo com a alínea a), do artigo 19.º do CCP, aprovada por deliberação do Conselho de Administração da AINTAR e publicada no Diário da República, II Série, em 12/11/2021 e no Jornal Oficial da União Europeia em 15/11/2021.

A Câmara tomou conhecimento.

4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ALTRI FLORESTAL, S.A., ALTRI ABASTECIMENTO DE MADEIRAS, S.A. E O MUNICÍPIO DE TÁBUA.

Deliberação n.º 97 - Presente a versão preliminar do Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Altri Florestal, S.A., a Altri Abastecimento de Madeira, S.A. e o Município de Tábua, e que tem por objeto regular os termos e condições em que se desenvolverá a colaboração entre as referidas entidades que partilham da mesma visão relativa à importância de se apoiar e incentivar as boas práticas de gestão do território florestal no concelho de Tábua, que permita aumentar a produtividade, dando um notório contributo para a economia local e, simultaneamente, reduzir os riscos de incêndio e a valorização energética no aproveitamento da biomassa florestal, conforme documento que se dá por reproduzido.

Por solicitação do Senhor Presidente da Câmara interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira, esclarecendo que *"identificamos cinco locais para criar estes parques de recolha de resíduos, nomeadamente, em Tábua, Mouronho, Póvoa de Midões, Carapinha e em Candosa. Foi um trabalho feito conjuntamente com os Senhores Presidentes de Junta e há a sinalização de mais locais que, eventualmente, possam ser utilizados por outros Presidentes de Junta. Aqui, visa, essencialmente, acautelar o modo de funcionamento destes parques e, também, acomodar uma participação por parte da ALTRI ao Município de Tábua para ajuda financeira, destinada à implementação destes parques. Também consta no Protocolo a forma de articulação relativa à gestão dos parques, entre o Município e a ALTRI"*.

DM
[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

RS
[Handwritten initials]

Sobre o assunto, o Senhor Presidente deu nota da reunião havida com os responsáveis, assim como com os Senhores Presidentes de Junta, que teve por objetivo alertá-los para a importância da criação dos parques, em questão.

Interveio, o Senhor Vereador, Fernando Tavares Pereira para dizer *"simplesmente, que estes cinco parques no concelho de Tábua, tudo bem. Mas, estes parques deviam acompanhar uma reflorestação florestal por freguesias ou divididas duas a duas, onde na verdade houvesse a possibilidade de contrariar, um pouco, a situação que está criada para o concelho de Tábua, Oliveira, Arganil, esses concelhos todos a nível do grau elevado a riscos de incêndios. Quer dizer que nós estamos a ir no engodo em que o Governo manda, o Governo faz e não se pode estar assim. Acho que o Município de Tábua e todos os municípios envolvidos nisto, é uma situação muito grave para a coesão dita pela Senhora Ministra. Isto aqui não é uma coesão. É uma coesão para a desertificação total do concelho e da região do interior, porque aquilo que estão a fazer ao nosso concelho, à nossa terra, é uma coisa que nem eu pensaria que acontecesse, nem hoje, nem amanhã, nem num futuro próximo, sem que houvesse o cuidado de falarem com os municípios e estes terem uma palavra a dizer sobre qual a situação. Quem está em Lisboa, na verdade, chega, risca e marca. Não pode ser assim. A Câmara Municipal de Tábua e outras Câmaras têm que se levantar e dizer que estão cá, são portugueses de primeira e não são portugueses de segunda. E, o que se vai passar no futuro, vai ser muito grave, a nível de todas as aldeias, de todos os concelhos e, digo muitas vezes, a coesão é uma coesão onde, na verdade, só para a desertificação, porque investimentos não existem. E, a nível, também, da floresta falámos um pouco sobre isso- Acho muito bem que façam esses contactos com a ALTRI e com outras empresas também, mas não se podem esquecer dos pontos de água para os incêndios (...), porque temos problemas graves, outra vez, como houve em 2017. Porque, tudo foi prometido e, até nem o dinheiro que veio, a nível da União Europeia, de apoio aos incêndios, foi uma região que foi prejudicada em que saíram daqui 160 milhões de euros que podiam ser aproveitados para a reorganização florestal e*



CÂMARA MUNICIPAL

agrícola. Só que, na verdade, aí a Câmara tem uma palavra a dizer e, pode contar connosco, quando quiser porque acho que todos os Tabuenses, todos os Beirões temos que nos levantar e dizer que somos Portugueses. É isso que quero dizer e deixar um apelo a todos os Tabuenses e a toda esta região. Não podemos tapar os olhos ao que está mal. Temos sim que defender uma causa e, nós queremos defendê-la convosco ou sem vós, porque isto não pode acontecer nunca mais, ou seja, a situação a nível do território deste concelho".

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que "efetivamente, está provado que este Município também se preocupa com essas questões, fruto é que trazemos este mesmo Protocolo, porque a prevenção da floresta vai de todos os níveis e, é importante que o possamos fazer. E, também, não só reduzir os riscos dos incêndios, valorizar a questão energética mas, sobretudo, também, no aproveitamento desta biomassa florestal. E, dizer-lhe que, efetivamente, não acompanho algumas das suas palavras, contudo, dizer-lhe que o ICNF, e foi debatido na reunião da Comissão Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, na qual teve oportunidade de o referir (...), e aquilo a que está a querer referir-se, é a Carta de Perigosidade elaborada pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta. E, neste caso, dizer-lhe que, olhando para aquele mapa, assusta-me, porque toda esta região está sinalizada a vermelho e as pessoas são e foram massacradas com a questão dos incêndios, assim como outras situações que lhe estão inerentes. Neste momento, olhando para aquela Carta o que quer dizer é que, praticamente, em quase todo o lado, não se poderia construir e isto vai ter efeitos nocivos, naquilo que é o nosso PDM, como já foi dito aqui nas nossas reuniões de Câmara e na Assembleia Municipal, para que o mesmo possa terminar e tem implicações. E, aí teremos que falar todos a uma só voz, porque olhando para aquele Mapa tem que se perceber que tem alguma razoabilidade mas, que não pode acontecer com aquela mancha tão vermelha, porque teremos sempre dificuldades naquilo que é, ainda, a recuperação de alguns locais, onde precisamos de gente para ajudar, de alguma forma, a proteger (...)"

Handwritten signature in blue ink at the top left of the page.



CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink on the left margin, with the initials 'A.O.' written below it.

Fez, igualmente, referência à candidatura inerente às áreas de gestão da paisagem que ficou bem posicionada, sem dotação orçamental, mas esperemos que a mesma possa subir nos patamares com um reforço que possa ser dado, por parte do Governo, para que de, uma forma global, possamos ter melhorias, nestas áreas e que, seja acompanhada por uma reflorestação diferente. E, portanto, refiro-me concretamente à zona do Alva e do Mondego que integram as AIGP's, sobre as quais o Senhor Vice-Presidente irá fazer referência, também.

Referiu que, *"em paralelo, também, foi submetida a candidatura aos "Condomínios da Aldeia" e que constituem estratégias globais que, de alguma forma, possam ajudar a prevenir a época que se aproxima, sabendo-se que estamos sujeitos a riscos elevados"*.

Conforme solicitação do Senhor Presidente e para um melhor entendimento de todos, interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira referindo sobre este ponto que *"não haverá muitas dúvidas pelo que o Senhor Vereador Fernando Pereira falou, relativamente à Carta de Perigosidade que como o Senhor Presidente já referiu constitui uma grande preocupação, pelo que estamos muito atentos até a essa mesma situação"*.

Quanto ao ponto, em si, dizer que *"se trata da implementação de parques onde qualquer pessoa possa fazer a descarga dos seus produtos, nomeadamente, agrícolas, porque é criarmos uma oportunidade naqueles dias que, eventualmente, as pessoas não podem fazer queimadas, não têm onde colocar os seus resíduos, estão vedados de os retirar de lá e estamos a criar condições para que as pessoas não fiquem com os mesmos e possam ter um sítio próprio e adequado para os colocar. Aqui, estamos a tentar implementar que os parques sejam dimensionados para acolher, também, a atividade profissional, ou seja, os conhecidos madeireiros para que possam fazer, igualmente, os seus depósitos, porque como sabemos não os podem guardar ou colocar em sítios que não sejam aconselháveis. O que temos assistido, ao longo dos tempos, é que existe, provavelmente, um abuso por parte desta atividade que, ainda, não está regulamentada. Portanto, estamos a elaborar,*



CÂMARA MUNICIPAL

internamente, uma proposta de Regulamento de Exploração Florestal onde há direitos e obrigações e no qual estes parques futuros irão ser elencados no próprio Regulamento Municipal, ou seja, a partir do momento em que os madeireiros possuam sítios identificados no nosso concelho para exercer aquela atividade, é ali que o têm que fazer. E, este Protocolo veio, no fundo, despoletar toda esta matéria em que o passo seguinte será este Regulamento de Exploração Florestal no concelho”.

No que respeita à AIGP referida pelo Senhor Presidente, elucidou que se trata de uma candidatura entre o Vale do Alva, limite do concelho de Oliveira do Hospital e Arganil, compreendendo cerca de 500 hectares identificados e que estão candidatados, sendo que a referida candidatura ficou em 40.º lugar, havendo financiamento até ao 22.º, esperando-se que haja reforço de dotação para que seja uma realidade, também, no concelho de Tábua.

Seguidamente, interveio o Senhor Vereador, Fernando Pereira questionando “porque é que a freguesia maior do concelho de Tábua, que é Midões, na minha opinião, deveria ter-se o cuidado de na Vila do Mato, por exemplo, fazer-se uma recolha, em vez de se fazer na Póvoa de Midões. Referiu, ainda, que aqui em Tábua não somos classificados como região de montanha e, talvez a pontuação, se fosse região de montanha, tivesse subido mais um pouco”.

Face ao questionado, usou novamente da palavra o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira esclarecendo que “no nascer deste processo de identificação dos parques foram consultadas todas as Juntas de Freguesia e para ser mais rápido, os terrenos teriam que ser ou propriedade do Município ou das Juntas de Freguesia para facilitar o processo e estes cinco parques são um exemplo disso. Não temos que adquirir qualquer terreno, nem a Câmara, nem as Juntas de Freguesia, sendo certo que as outras Juntas manifestaram interesse em implementar, também, o parque e estão a desenvolver as diligências necessárias para esse desiderato. Não está vedado e o nosso objetivo é, efetivamente, criarmos um parque por freguesia, era o ideal”.



CÂMARA MUNICIPAL

No seguimento da referida explicação, interveio o Senhor Presidente para acrescentar que *"há a possibilidade, num futuro, caso essas condições estejam reunidas de alargarmos, porque o objetivo foi focado, sempre, numa questão de proximidade"*.

Sobre este assunto, também o Senhor Vereador, Vítor Melo se pronunciou, começando por dizer que *"das onze freguesias do concelho vão ser instaladas cinco unidades de receção experimental para receção de biomassas e de resíduos vegetais e depois uma central na sede do concelho que, depois, vai receber todas as outras. Pergunto: - porquê na sede do concelho criar a central de recolha de toda a biomassa produzida no concelho? Julgo que não beneficiará a Vila em nada. Aumento de tráfego rodoviário, maus cheiros da decomposição, poeiras suspensas e passa a ser um local de risco para os incêndios. Julgo que deveria ser criado, fora da sede do concelho e longe de aglomerados habitacionais. Em relação às obrigações tanto do Município como da ALTRI. Neste caso as obrigações da ALTRI é um apoio técnico sobre a informação da criação deste processo e a recolha das biomassas. Em relação às obrigações do Município: - criar, implementar, gerir as unidades de receção de biomassa, entregar toda a biomassa recolhida à ALTRI em condições que, ainda, não foram acordadas, conforme diz na página 8, (que as condições que venham a ser acordadas). Garantir que a biomassa colhida esteja descontaminada, seca e não conter inertes. Pergunto: - em relação a esta exigência, quais os custos que poderão estar inerentes, para que haja a descontaminação e que sejam cumpridos estes requisitos que eles põem como obrigatoriedade? E, quem vai transportar a biomassa das unidades locais para a central? Conclusão: 1.º - o contrato está inacabado porque, tanto na página 8 como na página 7, falta definir responsabilidades; 2.º - a ALTRI reconhece o apoio técnico em troca de toda a biomassa que recebe para depois transformar e vender, criando o seu lucro. O Município faz todo o trabalho e suporta o custo de todo o processo. Não concordamos que o Município não seja ressarcido de parte do lucro que a ALTRI terá com todo este processo. Serão mais custos para o Município suportar sem*



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

contrapartidas financeiras. Fica o alerta porque achamos que a ALTRI e sabemos muito bem o custo que a energia e a biomassa está a ter. Poderia haver uma comparticipação financeira de apoio a todo este processo que vai ter custos avultados para o Município, para que se torne mais rentável e o Município até possa depois criar muitos mais postos de recolha, num menor e curto espaço de tempo".

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten symbol]

Para desmistificar as questões que foram colocadas, o Senhor Presidente referiu que, "o que está estabelecido com a ALTRI (...) é a disponibilidade, numa proximidade diferente, nas freguesias, como já foi aqui focado, sendo que os pontos referidos ainda não estão definidos no sentido de os deixarmos em aberto, para que outras freguesias também se associem".

Portanto, quanto à questão do próprio parque, explicou, mediante um exemplo prático, como se processa a circulação dos sobrantes/resíduos agrícolas depositados nos parques das freguesias, até ao ponto comum, e que é feito pela ALTRI, podendo a mesma contratar outra empresa para o efeito, privilegiando as empresas locais, se os preços forem competitivos e cujo custo é assumido pela mesma. Portanto, isso que fique esclarecido.

Sobre o referido ponto comum, esclareceu que o mesmo se situa na Fonte Arcada, por ser o espaço que tem maior dimensão, com acessos que permitem entrar na IC ou noutros e que, embora esteja dentro da Vila, não está junto a habitações.

No que respeita à questão dos contaminados colocada pelo Senhor Vereador, Vítor Melo, referir que o corte destas ramagens é sempre material que está, efetivamente, descontaminado, é biodegradável e os próprios parques estão destinados a esses mesmos produtos, situação que está salvaguardada.

Interveio, novamente, o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira clarificando, quanto à localização do sítio escolhido ser em Tábua, foi a pensar na proximidade com o Ecoponto existente, que confina com o terreno do Município, sito na Fonte Arcada, como o Senhor Presidente já notou. Portanto, quando as pessoas se deslocam para depositar restos de podas ou de resíduos agrícolas dos quintais,

pm



CÂMARA MUNICIPAL

também levam outras coisas destinadas ao Ecoponto. E, é neste sentido que as pessoas devem ser sensibilizadas.

Sobre o apoio, deu nota que *"está a ser levantado pelos nossos Serviços, cujos locais já estão identificados, estando agora a ser feito um levantamento, porque estes parques obrigam a estar devidamente terraplanados, com aplicação de tout-venant, estarem vedados, com portão e, também, com placas de identificação, obviamente, do que lá se pode colocar, sabendo-se que há pessoas que vamos ter que as educar, mas é um processo de educação da comunidade, que temos que passar por ele. Portanto, é este serviço que, neste momento, se está a realizar, assim como a elaboração da estimativa para implementação de cada parque, que irá ser remetida à ALTRI onde eles assumem aqui no objeto do Protocolo apoiarem a implementação dos parques (...). Daí que está tudo, assim um bocado aberto, para podermos fazer as duas situações"*.

Seguidamente, interveio o Senhor Vereador, Fernando Pereira para informar que *"uma vez, teve um projeto onde se contemplava que todos os Municípios tivessem uma caldeira para exercer o calor para os edifícios públicos, designadamente, piscinas, escolas, câmara municipal, onde esses resíduos eram aproveitados. Mas, independentemente, de tudo, na altura poupava-se cerca de 60% no custo da energia, com o aproveitamento dessa floresta para uma caldeira feita pelo Município a fim de poder fazer o aquecimento e era importante. É óbvio que, hoje, o Município não está bem financeiramente e eu acho que esse trabalho é um bom aproveitamento. E, digo mais, em todos os concelhos deviam ter este cuidado porque são os lixos, é isto, é aquilo e é óbvio que a situação da educação das pessoas é muito importante, porque não podem lá colocar outros resíduos de casa. E, isso para a ALTRI e para outras empresas deste setor nada pode ter. (...) Agora, se a Câmara financeiramente tivesse bem, garanto-vos que era um bom projeto para o Município fazer, a fim de poupar uma verba muito grande no custo da energia"*.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, referindo que faz bem em transmitir isso porque *"nas questões da comunidade energética, nós estamos a entrar por outro*



CÂMARA MUNICIPAL

caminho que é, efetivamente, aproveitar a energia solar e tudo o mais. Depois se tiver conhecimento de algum Município que tenha aderido ou tenha feito esse projeto, até gostaria que partilhasse, porque são sempre questões que temos com que nos preocupar naquilo que é a redução dos custos, no aumento de criar condições para a sustentabilidade energética que é bastante importante".

Antes de passar à votação deste ponto, e fazendo um aparte, referiu, ainda, que a questão da sensibilização das pessoas é fundamental e o lixo tem de ser olhado, também, como uma valorização que temos que ter, efetuando a separação do mesmo e coloca-lo nos recipientes para o efeito e que faz toda a diferença, em termos de custos dos sistemas.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar as cláusulas constantes no referido Protocolo de Colaboração, a ser outorgado pelo Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE

5. CONCURSOS E CONSULTAS.

Deliberação n.º 98 - Presente o Concurso Público n.º 28-E/2022, referente à Empreitada de "Execução das obras de urbanização do Plano de Pormenor da Área Empresarial da Carapinha", que se dá por reproduzido, para efeitos do estipulado no Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Sobre este assunto, interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que se trata de um investimento superior a um milhão de euros e que estão reunidas as condições para que depois se possa lançar o concurso público e que desta forma possam criar-se mais condições de riqueza aos empresários no concelho de Tábua.



CÂMARA MUNICIPAL

Por solicitação do Senhor Presidente, interveio o Senhor Eng.º José Lima, Chefe da Divisão da DOSUA, que fez uma breve descrição dos trabalhos previstos, em termos genéricos, designadamente, no que respeita à construção das vias de circulação automóvel, pavimentações, arranjos exteriores, saneamento, redes de distribuição de energia elétrica, de gás, água e também as infraestruturas de telecomunicações.

Interveio o Senhor Vereador, Fernando Pereira referindo *"que é de louvar este investimento. É óbvio que sim. Mas, devíamos fazer mais uma noutra freguesia, ficando-se com duas zonas industriais. Que não fossem grandes, mas que tivessem apoio também. Mas, para isso, a Junta da Freguesia da Carapinha também esteve envolvida nisto e, portanto, outras deviam seguir o mesmo exemplo, a fim de poderem ter, também, as mesmas condições. Por nós está tudo bem, mas Senhor Presidente é de pensar noutra zona industrial alternativa, na zona de Midões e na zona de Covas e Espariz, por exemplo, a fim de podermos ter uma mais-valia importante que é cativar pessoas e investidores para o nosso concelho (...)".*

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente para dizer que *"a estratégia é essa mesma. Hajam empresários aos quais teremos que criar condições. Tenho defendido uma questão importante. Não é só a questão de criar áreas empresariais. Há que olhar para o concelho como um todo. Há que ter um parque habitacional no qual está, também, inserida na nossa estratégia da habitação, porque, efetivamente, tem que estar tudo acoplado. Dizer-vos que a estratégia do Município de Tábua tem sido a seguinte Área Empresarial e sabem perfeitamente o trabalho e as dificuldades que tivemos e que já foi aqui focado(...)".*

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à informação técnica n.º 006/2022, de 12 de abril em curso, do Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

1. Tomar a **decisão de contratar e autorizar a realização da respetiva despesa**, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP. O encargo total da



CÂMARA MUNICIPAL

ITRAM
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

empreitada está previsto nas Grandes Opções do Plano, tendo cabimento no Orçamento Municipal aprovado para o corrente ano através da rubrica 0102 070104013;

2. Adotar o procedimento de Concurso Publico (sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*) para a formação do contrato, nos termos e para efeitos do artigo 38.º e das alíneas a) e b) do artigo 19.º do CCP, com a referência CP 28-E/2022;
3. Adotar o valor de 931.771,49€ (novecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um euros e quarenta e nove cêntimos), como Preço Base do procedimento, sendo entendido como o preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela execução da totalidade da empreitada. Classificação CPV (objeto principal): 45111290-7;
4. Designar, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o seguinte Júri:
 - Presidente: José Luís Ferreira Lima, Chefe de Divisão;
 - 1.º Vogal: Célia Regina Simões Carvalho, Técnica Superior;
 - 2.º Vogal: Mónica Alexandra Fonseca Costa, Técnica Superior;
 - 1.º Vogal Suplente: Maria Luísa Nunes Marques, Chefe de Divisão;
 - 2.º Vogal Suplente: Andreia Leal Coelho, Técnica Superior.
5. Prever a não contratação por lotes, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º - A do CCP, com a fundamentação indicada na informação técnica;
6. Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 43.º do CCP, relativamente aos elementos de solução de obra constantes do projeto de execução, e pelos motivos descritos na informação técnica, considerar não exigíveis os seguintes:
 - Levantamentos e análises de base e de campo;
 - Estudos geológicos e geotécnicos;
 - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacte ambiental, nos termos da legislação aplicável;



CÂMARA MUNICIPAL

- Estudos de impacte social, económico ou cultural, neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor;
- Resultados dos ensaios laboratoriais e outros.

7. Aprovar as peças do procedimento, nomeadamente, o programa de procedimento e o caderno de encargos, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;
8. Delegar, no Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, a competência para prestar esclarecimentos, decidir sobre listas de erros e omissões e retificar as peças do procedimento, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 e n.º 7 do artigo 50.º do CCP, bem como para as decisões sobre prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 64.º do CCP.

Presente a Consulta Prévia n.º 17-B/2022, relativo à *"Aquisição de módulo balneário"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 15 de março de 2022, à Empresa MBW – Modular Builders Worldwide, Lda., pelo valor de 33.900,00€ (trinta e três mil e novecentos euros), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente a Consulta Prévia n.º 19-S/2022, relativo à *"Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação do Relvado Natural do Estádio Municipal de Tábuva"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 06 de abril de 2022, à Empresa HortiRelva, Unipessoal, Lda., pelo valor de 72.000,00€ (setenta e dois mil euros), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.



CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 22-B/2022, relativo à *“Aquisição de 300 toneladas de Mistura Betuminosa a Frio”*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 01 de abril de 2022, à Empresa Windpark, Ld.ª, pelo valor de 18.600,00€ (dezoito mil e seiscentos euros), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 23-S/2022, relativo a *«Aquisição de Serviços “Os nossos e os vossos pela Cultura!” – Espetáculo de Fado Flamenco»*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 04 de abril de 2022, à Empresa Diogo Mendes Music. Unipessoal, Lda., pelo valor de 8.600,00€ (oito mil e seiscentos euros), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente a Consulta Prévia n.º 20-S/2022, relativo a *“Aquisição de Serviços de assessoria jurídica e de patrocínio judiciário”*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 08 de abril de 2022, à Entidade Américo da Conceição Batista, pelo valor de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Sobre este ponto o Senhor Presidente, para um melhor entendimento, prestou os devidos esclarecimentos sobre cada um dos processos, esclarecendo nesta última Consulta Prévia que o valor respeita a uma vigência de três anos.

Usou da palavra, o Senhor Vereador, Vítor Melo para referir sobre os esclarecimentos prestados, designadamente, quanto à Consulta Prévia n.º 20-



CÂMARA MUNICIPAL

S/2022, que *“se esses elementos viessem com essa matéria facilitava-nos bastante, porque a leitura que se faz, a grosso modo, pensamos que é para um ano de vigência. E, agora estamos a ver pela justificação que os valores deturpam a realidade que tínhamos feito numa primeira análise”*.

Interveio, novamente, o Senhor Presidente para clarificar que, *“embora não sendo necessário, assumimos o compromisso de trazer tudo à Reunião de Câmara para conhecimento”*.

6. AUTOS DE MEDIÇÃO.

Deliberação n.º 99 - Presente o Auto de medição n.º 1 de trabalhos complementares da Empresa Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., da Empreitada *“Requalificação da zona envolvente à Igreja Matriz de Tábuva”*, respeitante ao Processo n.º CPR-56-E/2021, documento que se dá por reproduzido, no valor de 7.983,03 € (sete mil, novecentos e oitenta e três euros e três cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 100 - Auto de medição n.º 3 de trabalhos contratuais da Empresa Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., da Empreitada *“Requalificação do Jardim Sarah Beirão – Espaço Jovem”*, respeitante ao Processo n.º AD-47-E/2021, documento que se dá por reproduzido, no valor de 8.731,89 € (oito mil, setecentos e trinta e um euros e oitenta e nove cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 101 - Presente o Auto de medição n.º 6 de trabalhos contratuais da Empresa Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., da Empreitada *"Requalificação da Zona Envolvente à Igreja Matriz de Tábuva"*, respeitante ao Processo n.º CPR-56-E/2021, 27.889,17€ (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e nove euros e dezassete cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

7. AUTOS DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.

Deliberação n.º 102 - Presente o Auto de Receção Provisória e Definitiva Parcial do Concurso Público n.º 03-E/2017, referente à Empreitada de *"Construção do Sistema de Drenagem de águas residuais de Espadanal, Lageosa e Vila Seca"*, adjudicado a REDÁGUAS – Sociedade de Construções, Lda., documento que se dá por reproduzido.

Neste âmbito, e atendendo à informação técnica n.º 007/2022, de 20 de abril de 2022, do Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, é proposto à Câmara Municipal o seguinte:

1. Homologar o auto de receção definitiva parcial da empreitada, nos termos e para efeitos do artigo 398.º do CCP;
2. Proceder à redução do valor total da caução na importância de 6.096,24€ (seis mil, noventa e seis euros e vinte e quatro cêntimos), correspondente a 10% dos trabalhos a menos, passando a ter um valor final de 56.835,91€ (cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e cinco euros e noventa e um cêntimos), não incluindo a retenção efetuada sobre o valor da revisão de preços;
3. Nos termos do disposto nos n.ºs 4, 5 e 7 do artigo 295.º do CCP, e por terem decorrido 2 anos após a data da receção provisória, autorizar a liberação do valor de 40.190,96€ (quarenta mil, cento e noventa euros e noventa e seis



CÂMARA MUNICIPAL

cêntimos), passando o valor total da caução a ser de 17.363,37€ (dezassete mil, trezentos e sessenta e três euros e trinta e sete cêntimos), conforme disposto no quadro apresentado na supra citada informação.

4. Que a referida liberação seja efetuada nos seguintes termos:

- i. Restituição do valor de 718,42€ (setecentos e dezoito euros e quarenta e dois cêntimos), correspondentes à retenção efetuada no pagamento da revisão de preços;
- ii. Extinção da garantia bancária N00404932 do Novo Banco, SA, no valor de 31.466,07€ (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e sete cêntimos);
- iii. Redução do valor da garantia bancária N00411367 do Novo Banco, SA em 8.006,47€ (oito mil, seis euros e quarenta e sete cêntimos), passando a mesma a ter o valor de 23.459,60€ (vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos).

Sobre este assunto, interveio o Senhor Vereador, Vítor Melo para referir que *“neste documento que a REDÁGUAS envia a 03/03/2022, eles dizem que houve um e-mail e que está aqui anexo, de 18/03/2020, o qual nunca foi atendido pelo Executivo da altura. E, o que diz este e-mail é que vinha solicitar a comunicação ao Novo Banco pela Câmara, o pedido de redução da garantia, coisa que não foi feita e, só, foi feita agora à posteriori. E, pergunto porquê? Houve alguma condicionante?”*

Para responder ao questionado, interveio o Senhor Eng.º José Lima, Chefe de Divisão da DOSUA, esclarecendo que *“houve aqui algumas condicionantes e digamos, também, um acordo de cavalheiros (entre aspas). Esse pedido, neste momento, arquivado. E, portanto, foi resolvido neste momento, após os dois anos da receção definitiva parcial da empreitada, até porque cada alteração a uma garantia bancária, nem que seja em um cêntimo, implica custos para a entidade que a presta. Julgo que cada alteração nesta garantia, em concreto, orça em cerca de*



CÂMARA MUNICIPAL

quatrocentos euros, nem que seja para retirar um centímo à caução. E, portanto, houve aqui algum acordo entre cavalheiros. Entre a Divisão de Obras, na minha pessoa, obviamente, e o empreiteiro, até porque houve necessidade de corrigir algumas anomalias que foram aparecendo, nestes dois anos. Assim sendo, o que ficou combinado, foi que aquando da primeira receção definitiva parcial da empreitada ir-se-ia fazer esse acerto que se está a cumprir na íntegra. O que posso garantir, é que este pedido foi integrado neste pedido agora e não houve nenhuma penalização para qualquer uma das partes".

Face a esta explicação, interveio de novo o Senhor Vereador, Vítor Melo argumentando que "o eles estarem a pôr este reparo a um primeiro pedido que nunca foi atendido, parece que não dá para entender que houve acordo, mas sim que é uma forma que estão a dar aqui de uma achega, se me permite, porque não foi feito aquilo que eles solicitaram no e-mail. Mas, compreendo que os custos financeiros que acarreta a alteração destas garantias, por vezes, não compensa a própria alteração. Só não compreendo porque é que eles põem esse reparo no e-mail".

Interveio, novamente, o Senhor Eng.º José Lima, Chefe de Divisão da DOSUA para referir que "posso dizer que tanto não compensa, que ao fim do primeiro ano, após a receção definitiva, podem pedir a liberação de 30% da garantia prestada, e não o fizeram. Portanto, só ao fim dos dois anos e porque já podemos liberar 60%, se não houver defeitos é que eles fizeram esse pedido. Portanto, é como lhe digo, foi um acordo entre cavalheiros, não havendo nada escrito. Aquilo que posso garantir é que o Município não foi prejudicado e, como houve, também, necessidade de se proceder a algumas correções, após a receção provisória da empreitada, o acordo ficou assim e o texto é da autoria deles".

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, homologar o referido Auto, assim como autorizar a libertação da respetiva caução prestada, de acordo com o disposto na informação técnica.



CÂMARA MUNICIPAL

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8. ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE UTILIZAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TÁBUA - EQUIPAMENTO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TÁBUA E O FUTEBOL CLUBE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL.

Deliberação n.º 103 - Presente o e-mail do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, datado de 19 de abril em curso, que se dá por reproduzido, solicitando a cedência de utilização do Estádio Municipal de Tábua para a época desportiva 2022/2023.

Considerando que o Contrato Administrativo de Utilização da referida infraestrutura municipal, estabelecido entre o Município de Tábua e o Futebol Clube de Oliveira do Hospital, em 02 de dezembro de 2021, consagra na sua cláusula 6.ª que a cedência compreende a época desportiva 2021/2022, o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto, propôs que fosse feito um Aditamento ao referido Contrato, designadamente, à mencionada cláusula 6.ª, de modo a que a mesma contemple a época desportiva 2022/2023.

Sobre este assunto, interveio o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto explicando que *"a cláusula 6 do Protocolo permite prolongar, de mútuo acordo, a cedência de utilização do Estádio Municipal para o Futebol Clube de Oliveira do Hospital fazer os seus Jogos da Liga 3. E, como se mantiveram na referida Liga solicitaram-nos que esta cláusula pudesse ser ativada, aproveitando a oportunidade para, publicamente, dar os parabéns aos seus órgãos sociais, equipa técnica e jogadores"*.

Interveio o Senhor Presidente referindo que *"da minha parte, queria apenas deixar votos de sucesso e de congratulações ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital. E, portanto, dar-lhes os parabéns porque se mantêm na Liga 3, um grande feito para a região e que, de alguma forma, contribuiu também o terem usado o nosso Estádio Municipal"*.

De igual modo, endereçou cumprimentos e as felicitações à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital por ser um parceiro ativo do referido Clube e dizer que *"apesar da comparticipação financeira estar implicada no referido Protocolo, há*



CÂMARA MUNICIPAL

obviamente ganhos que não são pecuniários, mas que deixam muita riqueza, considerando que as equipas participantes nos Jogos estiveram alojadas no nosso Hotel de Tábua, a movimentação de toda a massa associativa, os Protocolos que os mesmos estabeleceram com os Clubes locais, por causa da assistência aos Jogos. Portanto, todo um leque que está envolvido na dinâmica daquilo que é a parte desportiva e que, de alguma forma, contribui para que os mesmos estejam satisfeitos e possam continuar a querer estar aqui connosco”.

Interveio o Senhor Vereador, Fernando Pereira dizendo que “na verdade, é um concelho vizinho, mas tem os seus custos diminuídos enquanto o concelho de Tábua tem os custos aumentados. É, óbvio, que se a Tábua dá uma parte, a nível comercial e de restauração. Mas, penso que é um custo avultado para o Município, até porque há outras necessidades. E, Oliveira do Hospital já há um ano que está com problemas na construção do campo de futebol e penso que já teve tempo para o fazer. Acho que é bom para a região mas, também, é bom que o Município tivesse tido mais alguma contrapartida com o Município de Tábua, a fim de poder fazer face às despesas que tem, porque é importante que estas despesas sejam divididas por todos. Tenho só a fazer, esse reparo”.

No seguimento da intervenção do Senhor Vereador, Fernando Pereira, usou da palavra o Senhor Vereador, Vítor Melo referindo que “o valor de mil euros, e estamos a falar de uma prática desportiva, que todos nós sabemos, que a este escalão já começa a ser exigente e já começa a ter os seus custos. E, eu penso que este valor de mil euros mensais é um valor muito baixo. Isto, no que diz respeito e nós, ainda, agora tivemos conhecimento que só o relvado tem um custo mensal a rondar os três mil euros, só a conservação e manutenção do relvado, é natural, fora o que está afeto a todo o Estádio Municipal. É bom negócio para o Futebol Clube de Oliveira do Hospital porque evita substituir o relvado sintético por relvado natural e isso acarretava despesas avultadas e evita, também, a conservação. Julgo que poderia haver aqui valores que fossem mais apelativos para o Município de Tábua, porque volto a dizer, neste patamar de desporto e já neste nível, digamos assim, já



CÂMARA MUNICIPAL

há mais exigências. Sabemos que os valores já são outros e, quanto mais dinheiro houvesse para o Município, menos este tinha que despende dele próprio para manutenção do Estádio Municipal porque, assim, são dois treinos e de quinze em quinze dias, um Jogo e que esses Jogos não têm a mesma intensidade de um Jogo feito por outra Liga inferior”.

Atendendo aos reparos efetuados, o Senhor Presidente disse “Senhores Vereadores o que trazemos à reunião de hoje é o prolongamento do próprio Protocolo que já tinha sido votado, explicado e, efetivamente, até alocado as verbas, relativamente àquilo que é o nosso Regulamento. Portanto, lembro-me do mesmo ter vindo à Reunião de Câmara. Foi feito um estudo relativamente ao aluguer, porque é permitido no nosso Estádio Municipal que haja essa mesma cedência, por parte do pagamento de verbas e, foi feito um estudo que trouxeram à Reunião de Câmara e chegaram a um acordo dos mil euros mensais que eu, sinceramente, acho que não é assim tão pouco como referem. Pois bem, seria bom que, efetivamente, até pagassem 3, 4 ou 5 mil, assim teríamos lucro e não teríamos tantos encargos, relativamente à manutenção. Mas, dizer que o Estádio Municipal também é e está a ser utilizado pelos Clubes locais, em que podem também aceder aos Jogos, como foi o caso, desta semana em os nossos Clubes estiveram a fazer treinos com o Grupo Desportivo de Tondela. Sabemos que, independentemente, de estar ou não Oliveira a pedir ajuda a nós e rentabilizar o Estádio, dessa forma, que sob o ponto de vista de investimento também é importante para o nosso concelho, porque promove os Jogos que são transmitidos nas televisões. Portanto, está todo um custo como já foi dito aqui, desde os inúmeros Clubes que ficaram a dormir no Hotel, desde as pessoas que vêm e que consomem nos restaurantes. São tudo custos indiretos que não conseguimos verter, digamos assim, do ponto de vista financeiro, mas é tudo o manancial que está, mas mesmo assim é uma boa parceria”.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, aprovar e concordar com o Aditamento proposto.



CÂMARA MUNICIPAL

9. NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 58.º, DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 104 - Para efeitos do disposto no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, foi presente a Proposta n.º 01/2022, da Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Dra. Susana Mendes, datada de 19 de abril em curso, propondo a nomeação dos elementos elencados no Anexo à mesma para integrarem o Conselho Municipal de Educação, documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao contextualizado na referida Proposta, o Executivo remeteu o assunto para deliberação da Assembleia Municipal, cuja Sessão se realizou no passado dia 25 de abril, tendo merecido aprovação unânime dos seus membros presentes.

Neste contexto e tendo em consideração a pertinência e urgência do assunto, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato administrativo praticado pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Dra. Susana Mendes, nos termos do disposto no n.º 3, artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 09/2022, para produção de efeitos imediatos, de acordo com o plasmado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua versão atual.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezassete horas e dez minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,

